



CONCURSO PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO/RO
EDITAL Nº 01/2024

514 - PROCURADOR
TIPO A

DOMINGO TARDE

ORIENTAÇÕES

1. Este **Caderno de Prova** contém **50 (cinquenta) questões objetivas**, com **5 (cinco) alternativas cada uma**, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada, sem repetição ou falha. Confira-o e, em caso de qualquer problema, informe **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
2. Após a conferência, assine, no espaço próprio da **Folha de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não **DOBRE**, **AMASSE** ou **MANCHE** a **Folha de Respostas**. Ela **SOMENTE** poderá ser substituída se, no ato da entrega, estiver danificada.
3. A duração da prova será de **04 (quatro) horas**, inclusos, nesse tempo, a distribuição da prova, a leitura das instruções e o preenchimento da Folha de Respostas, sendo responsabilidade do candidato observar os horários estabelecidos.
4. Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova mediante a **entrega obrigatória de sua Folha de Respostas**, devidamente preenchida e assinada, ao Fiscal.
5. Os candidatos **não poderão** se ausentar da sala ou do local de provas para utilizar os banheiros ou beber água, antes de decorrida **01 (uma) hora** do início ou **15 (quinze) minutos** antes do término.
6. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os **03 (três) últimos candidatos** deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a **Ata de Sala**, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, e somente poderão deixar o local de provas juntos, não sendo possível nem mesmo a utilização do banheiro e bebedouro.
7. Os candidatos **PODERÃO** levar consigo o Caderno de Questões somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.
8. O gabarito estará disponível no endereço eletrônico **ibgpconcursos.com.br** no dia **01/02/2026** a partir das **20h**.

A Comissão Examinadora do IBGP Concursos deseja-lhe uma boa prova!



PÁGINA EM BRANCO

INSTRUÇÃO: Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Da arte de falar mal

Durante anos, mantive no *Correio da Manhã*, num canto da capa do segundo caderno, um espaço assim intitulado: "Da arte de falar mal". Até hoje me perguntam a razão de uma rubrica que, entre outras coisas, me levou para a prisão seis vezes por delito de opinião. Num dos interrogatórios a que fui submetido, o coronel que presidia o IPM (Inquérito Policial Militar) quis saber por que eu falava tão mal do regime militar que então se instalava. Eu respondi que não podia mudar o título da minha coluna, falando bem de qualquer coisa.

Mas a ideia do título não foi minha. Devo-a a Maura Cançado Lopes, colega no suplemento dominical do *Jornal do Brasil*, um caderno dedicado às artes, que, depois de algum tempo, já em sua fase terminal, saía pontualmente aos sábados. Ela escrevia contos maravilhosos, chamou a atenção das editoras, teve dois livros publicados, que receberam crítica consagrada. *Hospício É Deus* foi colocado à altura de Clarice Lispector, que aliás a admirava. Escreveu também *O Sofredor do Ver* – um dos melhores que já li em minha vida.

Maura namorava Luiz Reis, o Cabeleira, parceiro de Haroldo Barbosa em "Cara de Palhaço" e "Momentos São", dois sucessos absolutos daquela época, gravados por Elizeth Cardoso. Um dia, quis sair comigo. Eu tinha uma Hudson conversível, ela me perguntou se eu era rico, se eu podia comprar um navio. Respondi que sim – e ela colocou essa cena em seu romance, com meu nome e tudo.

Mas foi nessa mesma tarde que ela me fez parar na Urca, diante da baía que entardecia, e me explicou: "Chamei você para falarmos mal de todo mundo. Falar mal é uma arte".

Nem lembro mais de quem falamos mal. Creio que não tenha escapado ninguém, a começar pelo pessoal do *JB*: Décio Pignatari, Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Oliveira Bastos, Walmir Ayala, Mário Pedrosa, Carlinhos de Oliveira, os irmãos Campos, José Lino Grünewald, Assis Brasil, José Louzeiro, não abrimos exceção nem para o doce Mário Faustino, que havia morrido dias antes. Todos nossos amigos, amigos queridos por sinal.

Mais ou menos na mesma época, recebi recado de um vizinho do Posto 6 que estava gripado, ardendo em febre, mas queria me ver. Ele não tinha carro e eu guardava o meu na vaga de sua garagem; nunca me cobrou aluguel nem carona, pois adorava andar de ônibus.

Fui. Encontrei-o na cama, lendo um troço complicado que depois vim a saber que era a gramática de um dialeto do Vietnã. Embaixador aposentado, escritor de sucesso, ele gostava de aprender coisas inúteis e com elas escrevia obras-primas.

– Estou aqui – disse. – Algum recado?

– Não. Há dias que não falo mal de ninguém. Chamei-o para isso.

Três horas depois, já sem febre, ele me levou até a porta de seu apartamento. Com os olhos de gato acesos, olhou-me severamente e, com o orgulho que lhe era próprio (referia-se a si mesmo sempre na terceira pessoa), admitiu:

– Puxa! Como falamos mal de todo mundo!

Morreria em breve, poucas horas depois de um discurso que levou mais de três anos para ter coragem de fazer e no qual só falou bem dos outros. Acho que o sacrifício lhe custou a vida.

Foi ele que me ensinou a regra fundamental da arte de falar mal: "Só fale mal dos ausentes, nunca dos presentes". Pode parecer uma obviedade. Mas o meu amigo e vizinho era também acusado de obviedades geniais em sua obra literária. Uma de suas frases mais famosas ainda é citada: "Viver é muito perigoso".

Pulando no tempo que pulou sobre todos. Morreu o jornal em que trabalhava, morreu a Maura, morreu o meu amigo ex-embaixador, morreu até o doce Mário Faustino num desastre de avião. Ninguém é imortal, com exceção de uma amiga famosa, romancista histórica, que me quis tornar imortal como ela.

Hoje, não mais se fazem aquelas constrangedoras visitas aos imortais, antes que eles morram. Pelo contrário, a afobação de um candidato à imortalidade é letal. Adoentada, sem poder sair de casa, ela me pediu pela sobrinha e secretária que fosse à sua casa buscar o seu voto. É evidente que fui, pois muito queria vê-la.

Ela me recebeu nordestinamente afável. Sentada em sua cadeira de palhinha, com ares de senhora-de-engenho, esticou-me o envelope branco:

– Toma. Aqui estão os meus votos. Agora não falemos mais em literatura. Vamos falar mal de todo mundo!

Também saí tarde de sua casa. Não deixamos pedra sobre pedra e, seguindo o conselho do ex-embaixador, só falamos mal dos ausentes, que era o restante da humanidade, pois em sua sala só havia a visitada e o visitante.

Por essas e outras, sempre admirei o Antônio Callado, que definia os personagens do nosso tempo em duas categorias: os que tinham boa presença e os que tinham péssima ausência. Boa presença era quando todos falavam bem de um sujeito presente. Péssima ausência era quando, ausente, o sujeito monopolizava a conversa, cada qual juntando um graveto para queimar na alegre pira da maledicência.

E, com aquele jeito de único inglês da vida real, Callado completava a sua frase: "O mais gostoso de tudo isso é que o bom presente e o mau ausente são sempre a mesma pessoa".

CONY, Carlos Heitor. *In*: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **As cem melhores crônicas brasileiras** (org. e int.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 332-334.

QUESTÃO 01

No texto “Da arte de falar mal”, Carlos Heitor Cony reflete sobre a prática da maledicência a partir de experiências pessoais e de convivência intelectual. Considerando o texto como um todo, pode-se afirmar,

EXCETO:

- A) O autor associa o ato de “falar mal” a uma forma de convivência social e intelectual marcada pela ironia e pela cumplicidade entre amigos.
- B) O cronista utiliza episódios pessoais para construir uma crônica memorialística, mesclando humor, crítica e reflexão sobre a vida cultural brasileira.
- C) Apresenta-se a maledicência como uma prática que deve ser exercida com certas regras implícitas, como a de evitar falar mal dos presentes.
- D) No texto, defende-se explicitamente que falar mal dos outros é moralmente superior a falar bem, sendo essa a principal mensagem ética do texto.
- E) O autor recorre a personagens reais do meio literário e jornalístico para reforçar o caráter verossímil e histórico de sua narrativa.

QUESTÃO 02

A crônica de Carlos Heitor Cony articula memória pessoal, crítica cultural e ironia. Considerando os recursos discursivos e temáticos mobilizados pelo autor, assinale a alternativa que **NÃO** condiz com uma interpretação adequada do texto.

- A) O título da crônica adquire sentido ambíguo, pois “falar mal” ultrapassa a simples maledicência e se transforma em prática social, estética e intelectual.
- B) A enumeração de nomes próprios do meio literário e jornalístico contribui para a construção de um *ethos* autoral marcado pela convivência cultural e pela autoridade memorialística.
- C) O texto constrói uma crítica indireta aos regimes autoritários, ao associar o “delito de opinião” à impossibilidade de “falar bem” sem falsear a própria identidade discursiva.
- D) A crônica sustenta que a maledicência é uma virtude ética superior, defendendo-a como comportamento moralmente exemplar e universalmente desejável.
- E) O humor do texto decorre, em grande parte, do contraste entre situações aparentemente triviais e reflexões profundas sobre vida, morte e relações humanas.

QUESTÃO 03

A respeito da figura do ex-embaixador mencionada na crônica, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Ele é apresentado como alguém intelectualmente sofisticado, interessado em saberes considerados “inúteis”, mas capazes de gerar obras relevantes.
- B) Sua relação com o narrador é marcada por cumplicidade afetiva e intelectual, evidenciada pelo prazer compartilhado em “falar mal de todo mundo”.
- C) A melhora momentânea de seu estado de saúde após o encontro sugere, de forma irônica, um efeito terapêutico da maledicência.
- D) Seu discurso final, no qual só fala bem dos outros, é apresentado como coerente com a “arte de falar mal” defendida ao longo do texto.
- E) Ele é responsável por formular a regra fundamental da arte de falar mal: a de que se deve falar mal apenas dos ausentes.

QUESTÃO 04

Considere as afirmativas a seguir, a respeito da construção de sentido no texto:

- I. A recorrência da morte de personagens e instituições reforça a ideia de transitoriedade da vida e da memória cultural.
- II. A noção de “imortalidade” é tratada de modo irônico, especialmente no contexto das academias e do desejo de consagração literária.
- III. O narrador assume postura distanciada e impessoal, evitando envolver-se emocionalmente com os episódios narrados.
- IV. A crônica sugere que falar mal pode funcionar como mecanismo de sociabilidade e de afirmação de laços afetivos.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmativa(s)

CORRETA(S):

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 05

No que se refere às estratégias narrativas e ao posicionamento do narrador em “Da arte de falar mal”, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O narrador constrói uma imagem de si mesmo como vítima passiva dos acontecimentos históricos, eximindo-se de qualquer responsabilidade por suas escolhas discursivas.
- B) A organização não linear do texto, marcada por saltos temporais e episódios aparentemente desconexos, contribui para reforçar o caráter memorialístico e reflexivo da crônica.
- C) A ironia presente na crônica decorre exclusivamente da oposição entre vida privada e vida pública, sem relação com o universo literário evocado.
- D) O uso recorrente do discurso direto tem como função principal conferir objetividade jornalística ao texto, neutralizando a subjetividade do narrador.
- E) A crônica estabelece uma separação rígida entre amizade e crítica, sugerindo que a maledicência inviabiliza vínculos afetivos duradouros.

QUESTÃO 06

Quanto ao trecho “*Até hoje me perguntam a razão de uma rubrica que, entre outras coisas, me levou para a prisão seis vezes por delito de opinião*”, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) O pronome relativo “que” retoma o substantivo “rubrica” e introduz uma oração adjetiva restritiva.
- B) A expressão “entre outras coisas” exerce função de adjunto adverbial de inclusão.
- C) A vírgula após “que” é obrigatória, pois isola uma oração explicativa.
- D) O verbo “levou” estabelece concordância com o núcleo do sujeito “rubrica”.
- E) A locução “por delito de opinião” funciona sintaticamente como complemento nominal de “prisão”.

QUESTÃO 07

Considerando as regras de **acentuação gráfica** e o emprego efetivo dos acentos no texto “Da arte de falar mal”, de Carlos Heitor Cony, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O acento em “**até**” justifica-se por se tratar de monossílabo tônico terminado em *e*.
- B) O acento gráfico em “**É**”, no título “*Hospício É Deus*”, decorre da necessidade de diferenciar o verbo *ser* da conjunção *e*.
- C) A forma “**já**” recebe acento por ser oxítone terminada em *a*.
- D) O acento em “**gramática**” é explicado por se tratar de proparoxítone, assim como ocorre em “**histórica**” e “**único**”, todas acentuadas obrigatoriamente.
- E) A ausência de acento em “**ideia**” decorre do fato de ser paroxítone terminada em ditongo aberto.

QUESTÃO 08

No trecho do texto: “Três horas depois, já sem febre, ele me **levou** até a porta de seu apartamento. Com os olhos de gato acesos, **olhou-me** severamente e, com o orgulho que lhe era próprio, **admitiu**: ‘Puxa! Como **falamos** mal de todo mundo!’”, analise as afirmativas a seguir sobre os verbos destacados:

- I. O verbo “levou” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- II. O verbo “olhou” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- III. O verbo “admitiu” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- IV. O verbo “falamos” está na 1ª pessoa do plural do presente do indicativo.

Assinale a alternativa que apresenta a(s) afirmativa(s) CORRETA(S):

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 09

No que se refere aos sinais de pontuação em “Da arte de falar mal”, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O uso da vírgula em “Mais ou menos na mesma época, recebi recado de um vizinho do Posto 6” está incorreto, pois separa indevidamente o adjunto adverbial do núcleo verbal.
- B) O dois-pontos em “me explicou: ‘Chamei você para falarmos mal de todo mundo. Falar mal é uma arte’” está correto, pois introduz a fala direta da personagem.
- C) A vírgula em “Com os olhos de gato acesos, olhou-me severamente” está incorreta, pois não se deve separar sujeito de predicado com vírgula.
- D) O ponto final, em “Hospício É Deus foi colocado à altura de Clarice Lispector, que aliás a admirava.”, deveria ser substituído por ponto e vírgula para indicar continuação do período.
- E) A ausência da vírgula em “Nem lembro mais de quem falamos mal” está incorreta, pois deve-se separar objeto indireto do verbo.

QUESTÃO 10

A respeito do trecho “os que tinham boa presença e os que tinham péssima ausência”, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O termo “os” exerce função de artigo definido, acompanhando substantivos expressos.
- B) As expressões “boa presença” e “péssima ausência” funcionam como adjuntos adnominais.
- C) O pronome relativo “que”, nas duas ocorrências, retoma “os” e introduz orações adjetivas restritivas.
- D) Há elipse do verbo “ser”, o que compromete a correção sintática do período.
- E) O paralelismo sintático é inadequado, pois os adjetivos estão em graus distintos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

QUESTÃO 11

A linguagem formal, desenvolvida pelos lógicos, possui o objetivo de eliminar, sobretudo, três problemas causados pela linguagem comum. São eles:

- (1) ambiguidade;
- (2) vaguidade;
- (3) redundância.

Considerando o que se afirmou anteriormente, a única alternativa equivalente, na linguagem da lógica proposicional, de forma CORRETA, para a afirmação de que *não é fato que P assim como Q* é:

- A) $\neg(P \leftrightarrow Q)$
- B) $\neg(P \vee \neg Q)$
- C) $(\neg P \vee \neg Q)$
- D) $\neg(P \wedge Q)$
- E) $\neg(P \rightarrow Q)$

QUESTÃO 12

Analise as fórmulas a seguir:

- I) $A \vee \neg B$
- II) $((A \rightarrow B) \wedge B) \rightarrow A$
- III) $((A \vee B) \wedge \neg A) \wedge \neg A$
- IV) $((A \rightarrow B) \wedge (C \rightarrow D)) \wedge \neg(A \rightarrow D)$
- V) $P \rightarrow \neg(P \vee P)$

São tautologias:

- A) I e V
- B) I e III
- C) III e V
- D) Apenas I
- E) Nenhuma das anteriores

QUESTÃO 13

Dois irmãos gêmeos estudam na mesma escola. Embora sejam gêmeos idênticos, possuem personalidades muito distintas. O irmão mais jovem, que nasceu cinco minutos depois do irmão mais velho, é muito pontual. Portanto, para não se atrasar para a primeira aula, anda mais rápido e chega em apenas 20 minutos na escola. O irmão mais velho anda mais lentamente, chegando ao mesmo destino em 30 minutos. Um dia, os irmãos fizeram um desafio. Em quanto tempo o irmão mais jovem alcançaria o mais velho, caso este saia de casa com cinco minutos de vantagem?

Em relação ao problema acima, a opção **CORRETA** é:

- A) 5 minutos.
- B) A sexta parte de uma hora.
- C) Um quinto do tempo utilizado pelo irmão mais velho.
- D) 12 minutos.
- E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 14

Não levando em consideração qual o conteúdo das proposições que compõem o argumento a seguir,

$$(J \rightarrow K) \wedge (B \rightarrow A), J \vee B, (K \vee A) \rightarrow M$$

a alternativa **CORRETA** sobre a sua conclusão é:

- A) $\neg(B \leftrightarrow A)$
- B) J
- C) M
- D) $K \vee A$
- E) Nenhuma das anteriores, pois o argumento é inválido.

QUESTÃO 15

João trabalha numa floricultura. O responsável pelo estoque lhe informou que há exatamente 136 caixas de rosas no depósito. Cada caixa contém, pelo menos, 140 rosas. Nenhuma caixa contém mais de 166 rosas. Diante desses dados, João afirmou para o responsável pelo estoque que:

- A) Há 6 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- B) Há 2 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- C) Há 12 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- D) Há 26 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- E) É impossível chegar a qualquer conclusão, pois faltam dados no problema.

QUESTÃO 16

A Câmara Municipal de Porto Velho possui um repositório digital com documentos críticos: processos administrativos, relatórios do controle interno, arquivos de prestação de contas e conjuntos de dados exportados do sistema de gestão. Em auditoria recente, identificou-se risco elevado de indisponibilidade por *ransomware* (sequestro de dados) e por eventos físicos (falha de *storage*, sinistro, furto). O setor de TI foi orientado a propor uma política de *backup* que reduza a probabilidade de perda total e permita recuperação em prazo compatível com as atividades legislativas, considerando que cópias conectadas permanentemente ao servidor podem ser criptografadas pelo ataque.

Diante desse cenário, assinale a alternativa que descreve a estratégia **MAIS** adequada para compor um plano de contingência de *backups*, com foco em resiliência contra *ransomware* e desastres:

- A) Manter apenas um *backup* diário incremental em um HD externo conectado via USB ao servidor, pois a cópia incremental é mais rápida e, sendo diária, garante recuperação total do ambiente mesmo em caso de ataque.
- B) Adotar a regra 3-2-1 (três cópias dos dados, em dois tipos de mídia, com uma cópia fora do ambiente), mantendo ao menos uma cópia *offline/imutável* (por exemplo, mídia desconectada ou armazenamento com bloqueio de alteração), combinando *backup* completo periódico + incrementais/diferenciais, com política de retenção e testes regulares de restauração.
- C) Substituir *backups* por espelhamento (RAID) do *storage* principal, pois RAID elimina o risco de *ransomware* e dispensa cópias externas, uma vez que o espelho mantém sempre uma versão íntegra dos arquivos.
- D) Utilizar somente sincronização em nuvem em tempo real (pastas sincronizadas), pois a nuvem garante versionamento ilimitado sem necessidade de retenção e o *ransomware* não consegue afetar arquivos já enviados.
- E) Executar *backups* apenas quando houver atualização significativa (por demanda), já que o maior risco é o desperdício de espaço, e o excesso de cópias pode dificultar a localização do arquivo correto na restauração.

QUESTÃO 17

Na rede da Câmara Municipal de Porto Velho, a pasta \\SERVIDOR\Compras (compartilhamento de rede) armazena documentos de licitação e contratos em elaboração. Para reduzir riscos, a TI definiu as seguintes permissões:

- Permissão de compartilhamento (Share): para o grupo “SetorCompras”, foi configurado Alterar (Change).
- Permissão NTFS (na pasta): para o usuário “Ana” (membro do grupo “SetorCompras”), foi atribuído Ler e Executar; não há permissão NTFS adicional explícita para escrita.

Em um dia de trabalho, Ana acessa a pasta via Explorador de Arquivos (Windows 10) e tenta salvar um arquivo novo (um .docx) dentro de \\SERVIDOR\Compras. Considerando a forma como o Windows calcula permissões efetivas em acesso por rede, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Ana conseguirá criar e editar arquivos, pois a permissão de compartilhamento “Alterar” prevalece sobre NTFS quando o acesso é pela rede.
- B) Ana conseguirá criar arquivos, mas não poderá excluí-los, pois exclusão depende apenas de permissões de compartilhamento.
- C) Ana conseguirá salvar se utilizar “Salvar como” em vez de “Salvar”, pois a permissão NTFS limita apenas a edição, não a criação.
- D) Ana conseguirá escrever arquivos porque é membro do grupo “SetorCompras”, e a associação ao grupo sempre concede escrita independentemente do NTFS.
- E) Ana não conseguirá criar/salvar arquivos na pasta via rede, pois, no acesso remoto, a permissão efetiva resulta da combinação (mais restritiva) entre Share e NTFS, e o NTFS “Ler e Executar” não concede gravação/criação.

QUESTÃO 18

Um Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Porto Velho recebe uma planilha do Excel 2016 com lançamentos de diárias e passagens. A coluna B contém o “Tipo” (DIÁRIA, PASSAGEM, OUTROS) e a coluna E contém o “Valor”. O auditor precisa calcular, em uma célula única, o total de valores apenas das linhas cujo Tipo seja “DIÁRIA” e cujo Valor seja maior que 0 (linhas com valor zerado correspondem a lançamentos cancelados e não devem entrar no total). O arquivo será compartilhado com servidores que podem ordenar a tabela e inserir novas linhas; por isso, a solução deve ser robusta e baseada em critérios.

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula **MAIS** adequada no Excel 2016 para atender ao requisito:

- A) =SOMA(E:E) pois a soma geral pode ser filtrada visualmente e o Excel ignora automaticamente valores cancelados.
- B) =CONT.SE(B:B;"DIÁRIA") pois essa função retorna a soma dos valores associados ao critério.
- C) =SOMASES(E:E;B:B;"DIÁRIA";E:E;">0") pois soma apenas os valores em E quando B é “DIÁRIA” e o valor em E é maior que zero.
- D) =MÉDIASE(B:B;"DIÁRIA";E:E) pois a média, multiplicada pela quantidade de diárias, retorna o total independentemente dos valores zerados.
- E) =PROCURAR("DIÁRIA";B:B)+SOMA(E:E) pois a busca do texto “DIÁRIA” identifica as linhas relevantes e a soma completa a agregação.

QUESTÃO 19

A Câmara Municipal de Porto Velho realizará uma audiência pública e o Analista de Comunicação preparou uma apresentação no PowerPoint 2016 com gráficos, imagens e tabelas. A apresentação será exibida em um computador do plenário e, simultaneamente, deve ser enviada por e-mail aos vereadores para leitura posterior. Em testes, observou-se que, ao abrir a apresentação em outro computador, algumas fontes foram substituídas, alterando o alinhamento e “quebrando” o *layout*. Além disso, a versão enviada por e-mail deve preservar o visual e ser facilmente visualizada mesmo por quem não tenha PowerPoint instalado. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta a conduta **MAIS** adequada para preservar o *layout* e ampliar a compatibilidade de visualização:

- A) Configurar a opção de incorporar (embed) fontes no arquivo do PowerPoint (quando permitido pela fonte) e, adicionalmente, exportar uma cópia em PDF para envio, garantindo preservação do *layout* e leitura ampla.
- B) Converter todas as caixas de texto em imagens por “Print Screen”, pois isso é equivalente a incorporar fontes e mantém a editabilidade do conteúdo em qualquer computador.
- C) Alterar o tema para “Office” padrão e remover todas as imagens, pois o PowerPoint preserva fontes apenas quando não há elementos gráficos no slide.
- D) Enviar o arquivo apenas no formato .ppt (97-2003), pois esse formato é universal e impede substituição de fontes em versões modernas.
- E) Copiar e colar os slides no Microsoft Word e enviar o .docx, porque o Word utiliza as mesmas fontes e garante que o layout dos slides será mantido sem alterações.

QUESTÃO 20

Um Analista Administrativo da Câmara Municipal de Porto Velho relata um problema específico: ele consegue enviar e-mails pela conta institucional normalmente, mas não consegue receber mensagens no cliente de e-mail, que exibe erro de autenticação/tempo de conexão ao tentar “sincronizar” a caixa postal. A TI confirma que o servidor de envio (SMTP) está acessível e que a senha do usuário está correta. Em testes, verificou-se que a rede do setor passou a bloquear conexões de entrada para portas antigas e não criptografadas, por política de segurança. O analista utiliza um cliente configurado com protocolo de recebimento “antigo” e sem criptografia.

Com base em protocolos de e-mail e boas práticas de segurança, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O envio e o recebimento utilizam o mesmo protocolo (SMTP). Portanto, se o envio funciona, o recebimento necessariamente deve funcionar, e o problema só pode estar no navegador.
- B) Para receber mensagens, o cliente deve usar HTTP/HTTPS. IMAP e POP são protocolos obsoletos e não são utilizados em correio eletrônico corporativo.
- C) A falha no recebimento indica que o DNS está indisponível. O e-mail sempre depende exclusivamente de DNS e, quando o DNS falha, o envio funciona, mas o recebimento não.
- D) É provável que o recebimento esteja configurado com POP3/IMAP sem criptografia (por exemplo, portas tradicionais como 110/143) e esteja sendo bloqueado pela política. A correção adequada é reconfigurar para IMAP ou POP com TLS/SSL (portas seguras usuais) conforme o serviço institucional, mantendo SMTP seguro para envio.
- E) O problema ocorre porque anexos bloqueiam a caixa postal. Para corrigir, deve-se desativar o antivírus e o *firewall* do computador do usuário e tentar novamente, pois isso desbloqueia a sincronização.

CONHECIMENTOS SOBRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

QUESTÃO 21

O estado de Rondônia apresenta uma economia fortemente vinculada às atividades do setor primário, com destaque para a agropecuária, o extrativismo e a piscicultura. Nos últimos anos, o estado tem se consolidado nacionalmente por sua expressiva participação em cadeias produtivas estratégicas, impulsionadas por condições naturais favoráveis, como abundância hídrica e clima adequado.

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que o estado de Rondônia se destaca nacionalmente pela maior produção de:

- A) Soja destinada à exportação.
- B) Carne ovina.
- C) Peixes nativos.
- D) Café arábica.
- E) Algodão em pluma.

QUESTÃO 22

O Território Federal do Guaporé foi a denominação utilizada para a área que atualmente corresponde ao Estado de Rondônia, antes de sua elevação à categoria de estado. Essa denominação histórica faz referência a um elemento natural existente no território rondoniense, que teve importância geográfica, histórica e estratégica no processo de ocupação e delimitação regional.

Assinale a alternativa que representa **CORRETAMENTE** esse elemento natural:

- A) Um rio denominado Guaporé.
- B) Uma serra existente no estado denominada Guaporé.
- C) Um parque nacional conhecido como Guaporé.
- D) Uma planície denominada Guaporé, com características alagadiças semelhantes a um pantanal.
- E) Uma formação vegetal cuja espécie de árvore possui a denominação Guaporé.

QUESTÃO 23

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1º de agosto de 1912, foi um empreendimento estratégico na região Amazônica, cuja construção ocorreu em uma das áreas mais isoladas do planeta. Apesar de sua expressiva relevância histórica, a ferrovia não se encontra mais em operação nos dias atuais. Considerando o contexto histórico de sua construção, é **CORRETO** afirmar que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

- A) Representou um projeto essencialmente humanitário, voltado à preservação da vida dos trabalhadores e à integração social das populações indígenas da região.
- B) Foi viabilizada principalmente por investimentos estadunidenses, interessados no controle do escoamento da borracha no vale amazônico.
- C) Constituiu referência internacional em condições de trabalho no início do século XX, cujas práticas permanecem adotadas em grandes empreendimentos contemporâneos.
- D) Teve sua construção realizada exclusivamente com capital nacional, contando com ampla participação do Exército Brasileiro na logística e execução do projeto.
- E) Destinou-se prioritariamente ao transporte de passageiros, integrando de forma permanente as regiões Centro-Oeste e Norte do país diante da precariedade das rodovias existentes.

QUESTÃO 24

O estado de Rondônia está localizado totalmente no Hemisfério Sul. Ao norte, faz fronteira com o estado do _____; no extremo oeste, limita-se em uma pequena extensão com o _____; na porção leste, faz limite com o _____; e, em sua porção oeste e sudoeste, estabelece fronteira internacional com a _____.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas do texto:

- A) Amazonas – Acre – Mato Grosso – Bolívia
- B) Acre – Amazonas – Mato Grosso – Colômbia
- C) Amazonas – Mato Grosso – Acre – Bolívia
- D) Pará – Acre – Mato Grosso – Bolívia
- E) Amazonas – Acre – Pará – Bolívia

QUESTÃO 25

O estado de Rondônia abriga uma expressiva diversidade de povos indígenas, muitos deles historicamente impactados por conflitos territoriais, processos de ocupação e redução populacional. De acordo com dados do Censo Demográfico 2022, do IBGE, e levantamentos do Instituto Socioambiental (ISA), o território rondoniense reúne dezenas de povos indígenas distintos, alguns entre os menores grupos étnicos do Brasil.

Com base nesse contexto, todas as alternativas a seguir representam povos indígenas do estado de Rondônia, **EXCETO**:

- A) Suruí Paiter
- B) Karitiana
- C) Cinta Larga
- D) Yanomami
- E) Akuntsu

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 26

Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho/RO, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na sessão de eleição da Mesa Diretora será procedida à eleição das Comissões Permanentes.
- B) Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição para completar o período do mandato, na sessão imediata àquela em que ocorrerá a renúncia ou a destituição, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, o qual ficará investido na plenitude destas funções, desde o ato da extinção ou perda do mandato, até a posse da nova Mesa.
- C) Sendo o Presidente o renunciante, a eleição será para o 1º Vice-Presidente.
- D) Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante resolução aprovada por 3/5 (três quintos), no mínimo, dos membros da Câmara, assegurando-se-lhes o direito à ampla defesa.
- E) O Presidente é o representante da Câmara, em juízo ou fora dele.

QUESTÃO 27

A Lei Orgânica do Município de Porto Velho/RO é a lei municipal fundamental, contemplando a garantia de direitos, o estabelecimento de princípios, diretrizes e direitos no âmbito deste território. Com base nos dispositivos desta Lei, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O transporte coletivo será oferecido por, no mínimo, 3 (três) empresas do ramo, assegurando-se, assim, a democratização do atendimento às necessidades da população.
- B) O Município, com prévia autorização judiciária e mediante concessão de direito real de uso, poderá transferir áreas de seu patrimônio para implantação de indústrias ou formação de distritos industriais.
- C) Nos concursos públicos será reservado percentual de no mínimo 30% (trinta por cento) dos cargos, empregos ou funções públicas para pessoas portadoras de deficiências compatíveis com atividade a ser exercida.
- D) Os órgãos colegiados, autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações administradas pelo Município terão, obrigatoriamente, entre seus diretores 50% (cinquenta por cento) de representantes eleitos pelos servidores ou empregados.
- E) Os cemitérios do Município terão caráter religioso ou secular e serão administrados pela autoridade Municipal. As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, isentos de fiscalização pelo Município.

QUESTÃO 28

A Lei Complementar n. 385/2010 do Município de Porto Velho/RO estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos municipais. Com base nesse diploma normativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) São competentes para dar posse ao servidor público municipal o Prefeito, o Secretário Municipal de Administração, mediante delegação, ou a chefia imediata do servidor, conforme o setor competente pela contratação.
- B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- C) É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- D) Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- E) Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

QUESTÃO 29

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, estabelece importantes diretrizes sobre o tema e consolida direitos fundamentais desse grupo vulnerável. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) não poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental, sendo imprescindível a presença física do avaliado perante equipe técnica competente.
- B) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo ou curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- C) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, nos termos da lei.
- E) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

QUESTÃO 30

O art. 37, *caput*, da Constituição coloca a publicidade como um dos princípios norteadores da administração pública. O art. 5º, inciso XXXIII, do texto constitucional estabelece que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Com base no tema e na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- B) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e a do Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- C) Aplicam-se as disposições da Lei de Acesso à Informação, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
- D) Para os efeitos da lei, considera-se autenticidade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema e integridade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- E) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Supremo Tribunal Federal as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

A administração pública compreende tanto administração direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa do Poder Executivo e seus Ministérios e/ou Secretarias, quanto da administração indireta, composta por diferentes categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, exigindo-se prévio processo administrativo.
- B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.
- C) As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se diretamente ao Ministério do Planejamento, independentemente de sua atividade principal, obedecendo ao princípio da coordenação, cuja observância é permanente e será exercida em todos os níveis da administração, mediante atuação das chefias individuais e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.
- D) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
- E) Autarquia é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

QUESTÃO 32

O conceito de cargo público compreende o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor público, que é a pessoa legalmente investida em cargo ou emprego público. Com base nas normas vigentes e no entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre o processo administrativo disciplinar do servidor público, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar, com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- B) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade, ainda que não haja demonstração de prejuízo à defesa.
- C) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar não se restringe ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo possível incursão no mérito administrativo, bem como nas hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
- D) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 132 da Lei n. 8.112/1990
- E) A autoridade administrativa não pode se utilizar de fundamentação *per relationem* nos processos disciplinares.

QUESTÃO 33

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) foi profundamente transformada com o advento da Lei n. 14.230/2021. O Supremo Tribunal Federal foi instado a avaliar a constitucionalidade de diversos dispositivos da nova lei. Sobre o tema, com base na legislação e no entendimento do STF, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado.
- B) A norma benéfica da Lei 14.230/2021, com a revogação da modalidade omissiva do ato de improbidade administrativa, é irretroativa, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
- C) O STF entendeu pela inexistência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil.
- D) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- E) Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial, ainda que tenha tido a possibilidade de ampla defesa, ou condenar o requerido sem a produção das provas por ele tempestivamente especificadas, por força da alteração legal promovida na Lei de Improbidade Administrativa.

QUESTÃO 34

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) prevê que nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Com base nos dispositivos na LINDB acerca da atividade administrativa, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
- B) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar, de modo expresso, suas consequências jurídicas e administrativas.
- C) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houver imposto, limitado ou condicionado à ação do agente.
- D) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- E) O agente público responderá objetiva e subsidiariamente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

QUESTÃO 35

O controle de constitucionalidade é previsto na Constituição enquanto instrumento de garantia da supremacia constitucional e de coerência do sistema normativo. Acerca deste controle, com base na Constituição e na legislação vigente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta ou procedente eventual ação declaratória; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória.
- B) O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho recorrível por meio de agravo de instrumento, admitir, observado o prazo previsto na legislação, a manifestação de outros órgãos ou entidades, admitindo-se a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- C) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.
- D) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, podendo ser objeto de ação rescisória.
- E) Em caso de inconstitucionalidade por omissão imputável a órgão administrativo, as providências deverão ser adotadas no prazo de 30 (trinta) dias, ou em prazo razoável a ser estipulado excepcionalmente pelo Tribunal, tendo em vista as circunstâncias específicas do caso e o interesse público envolvido.

QUESTÃO 36

A “política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, nos termos do art. 182 da Constituição. Sobre o tema, avalie as assertivas a seguir:

I. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

II. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

III. É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

IV. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I e IV.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 37

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal e nas normas constitucionais e legais que asseguram os direitos dos servidores públicos, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca do tema:

- A) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, exceto quando seja contratada por tempo determinado.
- B) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação, em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- C) A mãe servidora ou trabalhadora não gestante, em união homoafetiva, tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.
- D) À luz do art. 227 da Constituição, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença-maternidade estende-se ao pai genitor monoparental.
- E) Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade a licença para tratamento de saúde de pessoal da família do servidor, com remuneração, que exceder a 30 (trinta) dias em período de 12 (doze) meses.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa **CORRETA** com base no texto constitucional, na legislação vigente e no entendimento dos tribunais superiores acerca das competências dos tribunais e a atuação jurídica da Câmara de Vereadores:

- A) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais e demais prerrogativas inerentes às atividades do Poder Legislativo, em observância à autonomia e separação dos poderes e em atendimento ao interesse público.
- B) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- D) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal nos crimes comuns.
- E) É competência dos Tribunais Regionais Federais, originariamente, processar e julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

QUESTÃO 39

O preâmbulo da Constituição do Estado de Rondônia dispõe que os “Deputados Constituintes do Estado de Rondônia, afirmando o propósito de assegurar os princípios de liberdade e justiça, de favorecer o progresso socioeconômico e cultural, estabelecer o exercício dos direitos sociais e individuais, o império da lei, com fundamento nas tradições nacionais, estimulando os ideais de liberdade, de segurança, bem-estar, igualdade e fraternidade como valores supremos de uma sociedade pluralista e sem preconceitos”. Sobre as normas constitucionais estaduais de Rondônia e sua compatibilidade com a Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os Presidentes e Diretores de Autarquias e Fundações do Estado serão escolhidos e nomeados pelo Governador, após aprovação pela maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa.
- B) O servidor público, ao completar 25, 30 ou 35 anos, na forma da lei, de efetivo exercício, ao se aposentar, receberá um aumento de gratificação equivalente a vinte por cento, dos seus vencimentos ou remuneração, ou ascenderá à classe imediatamente superior, se houver.
- C) A Constituição estadual pode ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa, do Governador do Estado, de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros ou por iniciativa popular.
- D) A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.
- E) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

QUESTÃO 40

As seguintes alternativas contemplam normas da Constituição Estadual de Rondônia que foram declaradas inconstitucionais, **EXCETO**:

- A) Compete ao Estado legislar, de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre organização, efetivos, garantias, direitos e deveres da Polícia Penal.
- B) O Governador do Estado, admitida a acusação pelo voto de dois terços dos Deputados, será submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante a Assembleia Legislativa nos crimes de responsabilidade.
- C) Ficam anistiados todos os atos, sindicâncias, processos administrativos ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar qualquer espécie de punição aos Policiais Penais, em razão da participação em movimentos de caráter reivindicatórios e/ou de manifestação de pensamento, bem como os que foram demitidos, licenciados e excluídos, sem ter o devido processo legal de ampla defesa e o contraditório, até a promulgação desta Emenda à Constituição.
- D) A remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos Membros de qualquer dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- E) O servidor que contar três anos completos consecutivos ou cinco anos intercalados de exercício em cargo comissionado ou função de confiança fará jus a ter adicionadas, como vantagem pessoal, ao vencimento do respectivo cargo efetivo, as vantagens inerentes ao cargo em comissão ou função de confiança que exerceu.

QUESTÃO 41

Quem, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo, conforme dispõe a legislação civil. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, mesmo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- B) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão subsidiariamente pela reparação.
- C) O dono, ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que venha a provar culpa da vítima ou força maior.
- D) A responsabilidade civil é independente da criminal, sendo possível, portanto, questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- E) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

QUESTÃO 42

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) é uma metanorma, isto é, contempla disposições sobre a aplicação das demais leis no tempo e no espaço. Com base na LINDB, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- B) A lei do país de nascimento da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- C) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- D) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- E) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

QUESTÃO 43

O Código Civil brasileiro estabelece o princípio da intervenção mínima nos contratos e da excepcionalidade da revisão contratual, prevalecendo a liberdade contratual. Assinale a alternativa **CORRETA** com base nas normas vigentes acerca dos contratos:

- A) Se o contrato for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada. Mas, se da coisa nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido em dobro.
- B) A doação à entidade futura caducará se, em cinco anos, esta não estiver constituída regularmente.
- C) Nos contratos onerosos, o adquirente responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- D) As partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução.
- E) Nos contratos de compra e venda, até o momento da tradição, os riscos da coisa e os do preço correm por conta do vendedor. Todavia, os casos fortuitos, ocorrentes no ato de contar, marcar ou assinalar coisas, que comumente se recebem, contando, pesando, medindo ou assinalando, e que já tiverem sido postas à disposição do comprador, correrão por conta deste.

QUESTÃO 44

O Código de Processo Civil estabelece que as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei. Sobre o tema da competência processual e da modificação da competência, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida, será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- B) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- C) Determina-se a competência no momento da citação do réu, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- D) Dá-se a continência entre duas ou mais ações, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- E) Para as ações fundadas em direito real sobre bens móveis, é competente o foro de situação da coisa.

QUESTÃO 45

Com base nas normas processuais civis em vigência, nas normas fundamentais e na aplicação das normas processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Estado promoverá, em todos os casos, a solução consensual dos conflitos.
- B) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- C) É inadmissível a ação meramente declaratória, quando tenha ocorrido a violação do direito.
- D) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- E) As partes têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

QUESTÃO 46

Com base nas normas processuais civil que regem o cabimento, os efeitos, os requisitos e admissibilidade de recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- B) Do julgamento antecipado parcial do mérito, quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento, caberá apelação.
- C) Se o relator, no Superior Tribunal de Justiça, entender que o recurso especial versa sobre questão constitucional, deverá conceder prazo de 15 (quinze) dias para que o recorrente demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional.
- D) Da decisão interlocutória que versar sobre rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação, caberá agravo de instrumento, enquanto da decisão pela rejeição da alegação de convenção de arbitragem caberá apelação.
- E) Serão julgados em recurso ordinário pelo Superior Tribunal de Justiça, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.

QUESTÃO 47

Acerca do pagamento indevido de tributos e as condições para que se considere o direito do sujeito passivo à restituição total ou parcial do tributo, com base na legislação tributária e nas decisões de tribunais superiores, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, em dobro, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias exigidas do contribuinte.
- B) A Reforma Tributária afetou diretamente a possibilidade de restituição de tributos, vedando a restituição em casos de pagamento voluntário a maior pelo sujeito passivo.
- C) Os Estados da Federação não são partes legítimas para figurar no polo passivo das ações propostas por servidores públicos estaduais, que visam o reconhecimento do direito à isenção ou à repetição do indébito relativo ao imposto de renda retido na fonte.
- D) O pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, por se tratar de erro exclusivo do contribuinte, não enseja a possibilidade de ajuizamento da ação de repetição de indébito tributário.
- E) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

QUESTÃO 48

A Reforma Tributária, efetivada com a Emenda Constitucional n. 132/2023, trouxe transformações às normas constitucionais tributárias. Acerca do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O Imposto sobre Bens e Serviços não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- B) O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- C) O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação, bem como em razão do grau de vínculo entre o doador e o beneficiário no caso de doação.
- D) Compete à União instituir o chamado imposto seletivo, a incidir sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar, que poderá ter mesma base de cálculo e mesmo fato gerador de outros tributos.
- E) As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

QUESTÃO 49

Sobre o tema da improbidade administrativa, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- B) As sentenças civis e penais não produzirão efeitos em relação à ação de improbidade, quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.
- C) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas na Lei de Improbidade Administrativa.
- D) A autoridade policial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- E) Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não poderão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

QUESTÃO 50

Os crimes contra a administração pública são disciplinados no Código Penal como mecanismo voltado à proteção do interesse público. Sobre estes delitos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio configura peculato, que admite forma culposa, caso em que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade e se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- B) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função implica na prática do crime de advocacia administrativa e tem a pena aumentada, se o interesse é ilegítimo.
- C) O crime de usurpação de função pública ocorre quando o sujeito ativo entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso, punido com reclusão.
- D) Não é cabível o concurso de pessoas em crimes contra a administração pública, se um dos agentes não for servidor público, uma vez que esta é característica indispensável à configuração do ilícito, núcleo dos tipos penais em questão.
- E) O crime de corrupção passiva consiste em exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica, infringindo dever funcional.

PEÇA JURÍDICA

Maria Gonçalves, servidora de carreira da Câmara de Vereadores do Município Alfa, autoriza o uso dos veículos da Casa Legislativa pelos diferentes setores, conferindo a prerrogativa de uso a cada um mediante autorização administrativa. Periodicamente, a Câmara demanda que os responsáveis façam revisões dos veículos e confirmem se os padrões de segurança seguem sendo atendidos. José Castro, comissionado a serviço da Mesa Diretora da Câmara, ficou encarregado da direção de um veículo da Casa, dirigindo estritamente para o cumprimento de atividades profissionais. Em uma segunda-feira, José dirigiu-se à Câmara às 06h00 da manhã para pegar o veículo e conduzi-lo ao aeroporto municipal, tendo em vista que o Governador do Estado chegaria para visita oficial ao Município e solicitou que a Câmara providenciasse seu transporte. Já com o Governador no carro, José deixou o aeroporto às 06h45. Poucos minutos depois, ao arrancar o carro com o semáforo verde, um veículo que trafegava em via transversal chocou-se contra o carro da Casa Legislativa. Embora José tenha visto o veículo furando o sinal vermelho e tenha tentado frear, os freios do carro não deram conta de evitar a colisão. José parou e prestou socorro à vítima do outro veículo, a senhora Ana das Dores, aposentada, que fraturou o braço. A Câmara acionou o seguro do veículo e pagou R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de franquia, uma vez que Ana das Dores não tinha seguro contra terceiros.

Passados alguns meses, Ana ingressou com ação de danos morais e materiais contra a Câmara de Vereadores do Município Alfa, bem como contra José Castro, Maria Gonçalves e o Governador do Estado. Alegou que todos os integrantes do polo passivo da ação seriam solidariamente responsáveis pelo acidente, tendo em vista que os freios do carro não funcionaram adequadamente, o que seria de responsabilidade não apenas da Câmara, como também dos servidores responsáveis pela autorização de uso do veículo quanto pela sua manutenção. Ana aduziu tratar-se de hipótese de responsabilização objetiva, dado que o dano lhe fora gerado por ação e omissão de servidores públicos a serviço da Câmara e, indiretamente, do Governador do Estado, motivo pelo qual ambos deveriam concorrer na responsabilização. Alegou, ainda, que o veículo estava sendo utilizado fora do horário de funcionamento da Casa Legislativa, o que configuraria infração legal. Quanto às lesões sofridas, Ana afirmou que está impossibilitada de conduzir atividades cotidianas, como cozinhar e fazer crochê, o que implicaria em lucros cessantes, pleiteados no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), apresentando atestado e exames médicos realizados no dia do acidente e pleiteando que fosse dispensada a realização de perícia, uma vez que o dano estaria devidamente comprovado. Pelo dano moral, pleiteou o pagamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). O veículo de Ana das Dores foi avaliado em R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). Ana atribuiu à ação, que tramita na Vara da Fazenda Pública do Município Alfa, o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Elabore a peça jurídica adequada, na condição de Procurador da Câmara de Vereadores do Município Alfa, abordando todos os argumentos de fato e de direito pertinentes ao caso. O relatório é dispensado.

Quantidade de linhas: mínimo 90 linhas - máximo 130 linhas

FOLHA DE RASCUNHO (PEÇA JURÍDICA)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	

74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	

111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**